

Boletim de Conjuntura

Índice

Mercado Ambulatório	p.1
Encargos do SNS com Medicamentos	p.3
Dívida das entidades públicas à IF	p.3
Atividade Assistencial do SNS	p.4
Execução Orçamental do SNS	p.4
Conjuntura Macroeconómica	p.5
Conjuntura Legislativa e Regulamentar	p.6
Estudos e Publicações	p.6

Boletim de Conjuntura

MERCADO AMBULATÓRIO

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) – YTD 2023 (JUN.)

Em junho de 2023, de acordo com os dados da IQVIA, foram dispensadas 22,7 milhões de embalagens, menos 1,8% que em junho de 2022, resultando em vendas de 198,9 M€, +2,1% em termos homólogos. O PVA médio unitário ficou nos 8,76 €, o que representa um aumento homólogo de 4,0%. O mercado participado acompanhou a dinâmica de crescimento, representando 81,1% do valor das vendas.

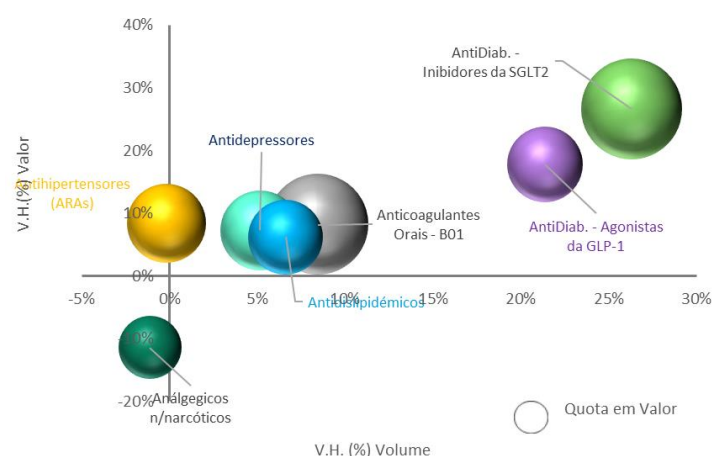
No YTD o mercado totaliza vendas de 1.218,1 M€ pela dispensa de 144,2 milhões de embalagens, a que corresponde uma variação homóloga de +4,4%, mais 48,9 M€, e +1,9%, mais 2,3 milhões de embalagens, respetivamente. O crescimento do mercado, em volume ficou a dever-se essencialmente ao segmento dos medicamentos genéricos (MG), já o aumento em valor registou-se nos dois segmentos de mercado, i.e., medicamentos de marca e MG.

Em termos de classes terapêuticas, o Top 7, em valor, representou 30,8% do mercado, e inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos Anticoagulantes orais, com uma quota em 6,5%, seguida

dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, também com 6,5%, e em terceiro lugar os antidepressores, com 4,0% de quota. Em termos de dinâmica, apenas a classe dos analgésicos registou redução homóloga de -11,4% em volume, estando as restantes classes a crescer, quer em volume, quer em valor.

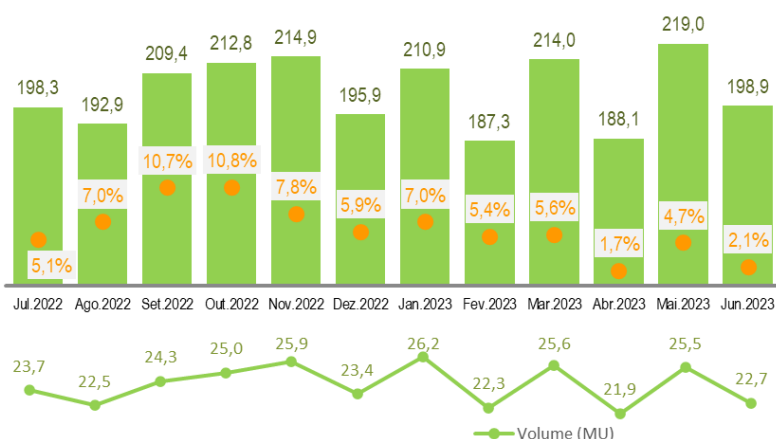
No acumulado do ano, e em termos de variação homóloga, a classe que mais cresceu em valor absoluto, foi a dos Antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com um aumento de 16,6 M€. Já a classe que mais contraiu em valor em termos absolutos foi a dos Antidiabéticos orais inibidores da DPP-IV reduzindo em -28,2 M€ (muito resultado da entrada de MG). Realizando a análise em termos de volume, temos que a classe com maior crescimento foi a dos Antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com mais 501,7 mil embalagens dispensadas, e a classe com maior contração homóloga foi a dos Analgésicos não esteroides, com dispensa de menos 1,6 milhões embalagens face ao mesmo período de 2022, i.e., -11%.

EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÉUTICAS - YTD 2023



Mercado Ambulatório (PVA)	Jun.23	V.H. (%)	YTD 2023	V.H. (%)
M. Valor (M€)	198,9	2,1%	1.218,1	4,4%
M. Volume (M. Emb.)	22,7	-1,8%	144,2	1,9%
Preço médio unitário (€)	8,76	4,0%	8,45	2,5%
M. Participado (M€)	161,3	2,5%	969,7	3,1%

■ Valor (M€) - PVA ● V.H. (%)



Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

YTD 2023

Top 3 V.H. - Valor (ATC3)	Abs. (M€)	(%)
A-DIABETIC OR-INIB SGLT2	16,6	26,6%
AGONISTAS DA GLP-1	6,7	17,7%
INIB. DIRECTOS FACTOR XA	6,1	8,3%

Top 3 V.H. Volume (ATC3)	Abs. (MU)	(%)
A-DIABETIC OR-INIB SGLT2	0,50	26,3%
PENICILINAS LARGO ESPEC	0,49	27,7%
REG COLESTEROL/TRIGLICER	0,42	27,0%

Boletim de Conjuntura

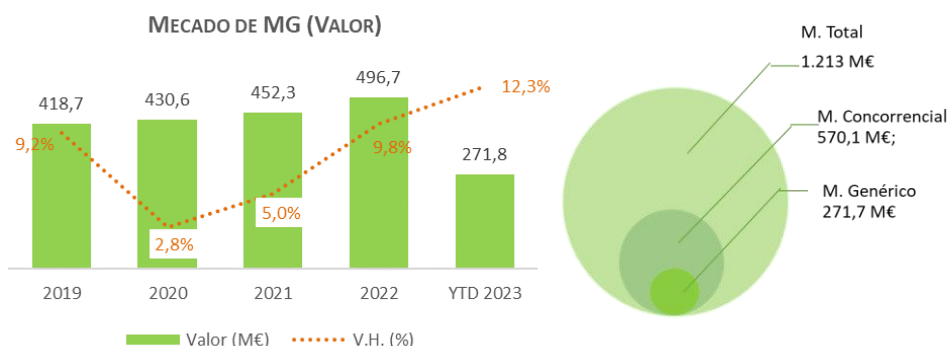
MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2023 (JUN.)

Em junho de 2023, as vendas de **medicamentos genéricos** (MG), totalizaram 46 M€ pela dispensa de 8,5 milhões de embalagens, correspondendo a uma variação homóloga de +13,9% e +4,7%, em valor e volume respetivamente. O PVA médio unitário neste mês foi de 5,42 €, +8,8% face a junho de 2022. No YTD 2023, o mercado totaliza 271,8 M€ resultado da dispensa de 51,4 milhões de embalagens, a que equivale a uma variação homóloga de +12,3% e 6,4% respetivamente.

O **mercado concorrencial**, i.e., o mercado com grupos homogêneos, totalizou, no acumulado a maio, vendas de 570,1 M€,

com a dispensa de 101,2 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de +8,7% em valor e +2,3% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 5,63 €, +6,2% que no mesmo período de 2022.

Em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 41,6%, que sobe para os 55,9% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem uma quota de 74,5% em volume unitário, e de 47% em valor.



Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

YTD 2023 (Jun.)		
V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	8,7%	2,3%
M. Genérico	12,3%	4,8%

Quota no M. Total (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	47,0%	74,5%
M. Genérico	22,4%	41,6%

MERCADO OTC (PVP) – YTD 2023 (JUN.)

De acordo com os dados do hMR, o mercado OTC no canal ambulatorio, registou, em junho de 2023, de 37,26 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 3,7 milhões de embalagens, que se traduz, em termos homólogos, em variações de +0,7% em valor, e -6,9% em volume.

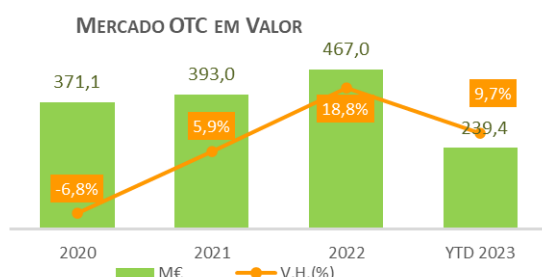
No acumulado do ano, as vendas totalizam 239,4 M€, +9,7% que no mesmo período, com a dispensa de 24,7 milhões de embalagens, +3,2%.

O PVP médio unitário, no mercado OTC, neste período foi de 9,69 euros.

Este segmento de mercado representa 13,7% do valor total do mercado ambulatorio.

O top 5, representado, em valor, 39,8% do mercado OTC, é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, Anti-inflamatórios e Analgésicos, e do tratamento das pernas pesadas. Com a exceção dos anti-inflamatórios, as restantes classes registam crescimentos homólogos das vendas em valor.

MERCADO OTC VALOR (PVP)			2020	2021	2022	YTD 2023
Mercado Ambulatório de OTC	Valor	M€	371,1	393,0	467,0	239,4
	Tx.V.H.	%	-6,8%	5,9%	18,8%	9,7%
	Volume	M.	42,9	43,5	50,7	24,7
	Tx.V.H.	%	-10,6%	1,4%	16,6%	3,2%
Quota no M. Ambulatório (valor)		%	12,7%	12,7%	13,7%	13,7%
PVP médio unitário		€	8,65	9,04	9,21	9,69



Fonte: hMR

YTD (Jun.) 2023		
Top 5 ATC	Quota Valor	V.H. (%)
Anti-Inflamatórios e Anti-Reumáticos	10,1%	-1,2%
Analgésicos e Antipiréticos	8,8%	8,8%
Tratamento e cuidado de pernas pesadas	7,9%	10,8%
Laxantes	6,5%	6,3%
Inflamação Garganta	6,5%	9,6%

Boletim de Conjuntura

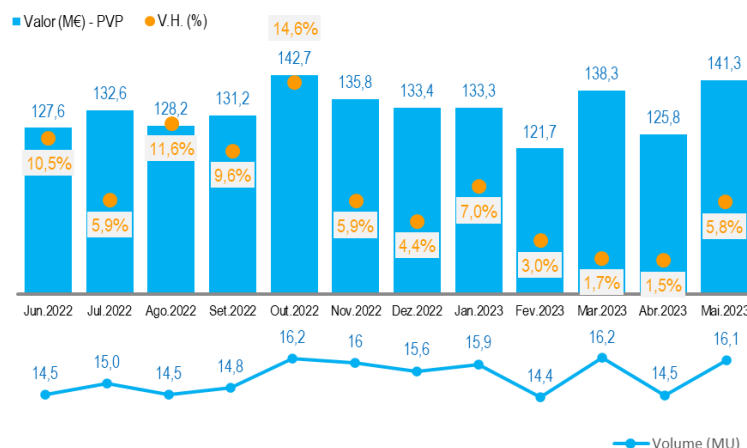
ENCARGOS DO SNS COM MEDICAMENTOS

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – YTD 2023 (MAI.)

Em junho de 2023, e de acordo o CEFAR, os encargos do SNS com medicamentos vendidos em farmácia continuaram a registar crescimentos homólogos em valor e volume, com encargos de 141,3 M€, +6,9% que em maio de 2022, resultado da dispensa de 16,1 milhões de embalagens comparticipadas, +5,7% que em igual período de 2022.

No acumulado de 2023, os encargos totalizam 660,4 M€, +3,8% que em igual período de 2022, o que corresponde à dispensa de 77,1 milhões de embalagens, +4,9%. O PVP médio unitário dos medicamentos comparticipados, no YTD de 2023, foi de 13,17 euros, a que equivale uma redução homóloga de -0,1%.

De acordo com o CEFAR, no YTD 2023, o encargo médio por receita médica foi de 15,77 €, -0,3% que em igual período de 2022, com número médio de embalagens por receita médica SNS de 1,78 embalagens, +5,7% que no período homólogo.



Encargos SNS - YTD 2023	Valor	660,4 M€	V.H.(%) = +3,8%
	Volume	77,1 milhões Emb.	V.H.(%) = +4,9%

Fontes: INFARMED e CEFAR

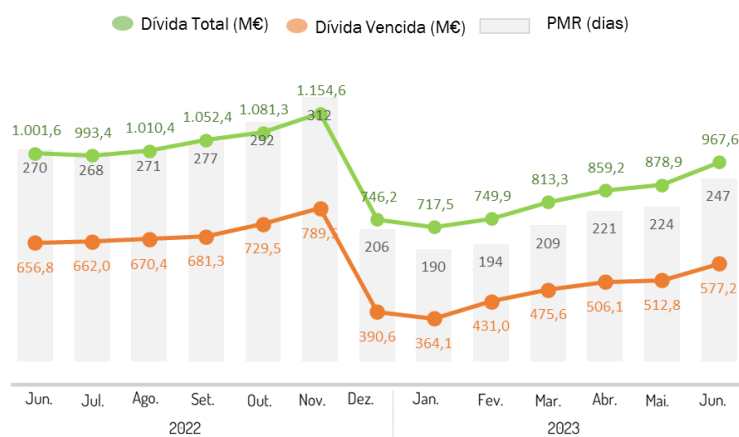
DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS À INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

DÍVIDA À IF - JUN. 2023 – De acordo com a monitorização realizada junto das empresas associadas, em Junho, a dívida total das entidades públicas à IF manteve a dinâmica de crescimento. Com um aumento de 88,6 M€, +10,1%, face ao mês anterior, a dívida ascendeu aos 967,6 M€. Em termos homólogos a variação foi de -3,4%.

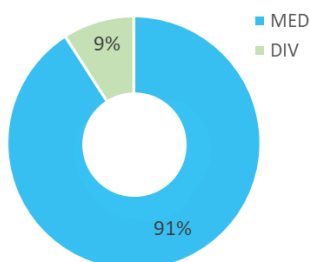
A dívida vencida acompanhou, aumentando para os 577,2 milhões de euros, +12,6% que no mês anterior, ou seja, +64,4 M€, representando agora 60% do valor total.

A dívida às empresas de meios de diagnóstico in vitro (DiV), que representa 9% do total da dívida reportada, também viu o seu valor aumentar em 3,1 M€ face ao mês anterior, totalizando agora 85,6 M€.

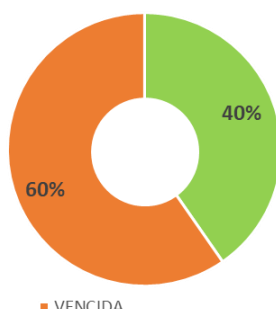
O prazo médio de recebimento agravou-se, tendo aumentado para os 247 dias, muito acima do prazo definido pela Directiva dos pagamentos.



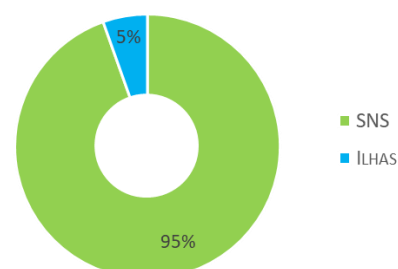
REPARTIÇÃO POR TIPO DE EMPRESAS



REPARTIÇÃO POR ANTIGUIDADE



REPARTIÇÃO POR ENTIDADES DEVEDORAS



Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)

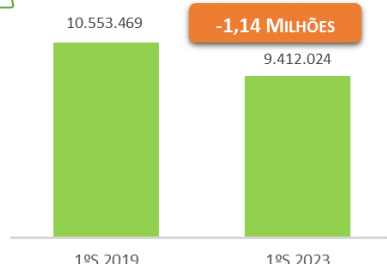
Boletim de Conjuntura

ATIVIDADE ASSISTENCIAL SNS: 1ºS 2023

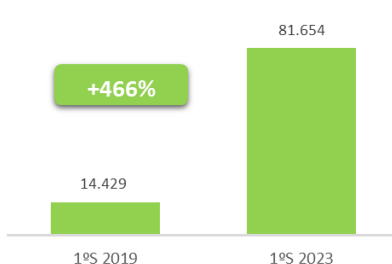
CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



Nº DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS



Nº DE CONSULTAS EM TELEMEDICINA



No acumulado ao 1º semestre de 2023, e por comparação com a atividade assistencial realizada no 1ºS de 2019 (pré-pandemia), verifica-se que:

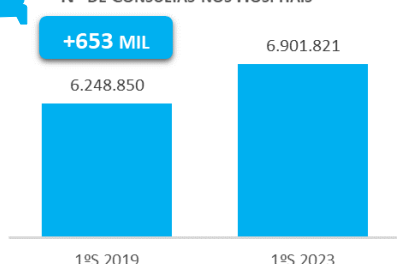
Nos cuidados primários, quer as consultas médicas, quer as de enfermagem ainda não atingiram os níveis de 2019. As consultas médicas presenciais realizadas são inferiores em 1,14 milhões de atos face ao mesmo período de 2019, ainda assim, e face a 2022, registam um aumento de 9%.

Por outro lado, em termos de telemedicina, a atividade, face a 2019, regista um aumento de mais de 4 vezes.

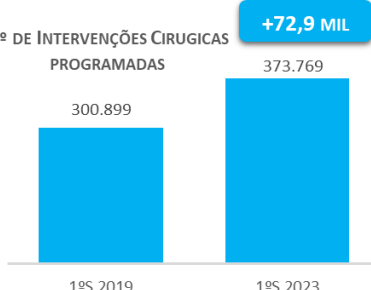
CUIDADOS HOSPITALARES



Nº DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS



Nº DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS

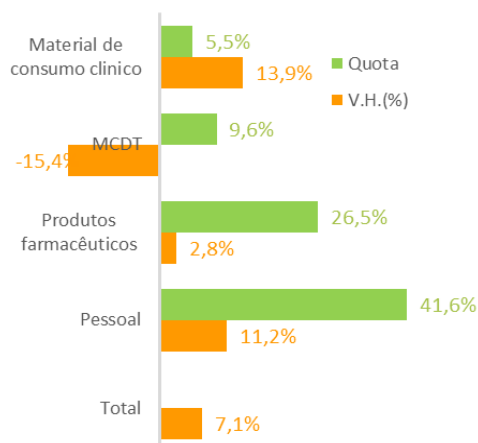


Nos hospitais do SNS, quer em termos de consultas, quer de intervenções cirúrgicas programadas, a atividade superou os valores registados no mesmo período de 2019, +10,4% e +24%, respetivamente, permitindo continuar a recuperação da atividade perdida durante a pandemia. Em termos absolutos, registaram-se mais 653 mil consultas e 72,9 mil intervenções cirúrgicas programadas face ao 1º semestre de 2019. Face ao mesmo período de 2022, estas atividades também registam crescimento.

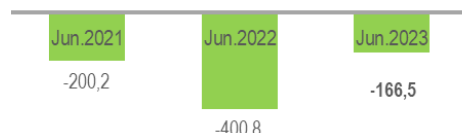
Fonte: Portal da Transparência da ACSS

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SNS – JUN.2023

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SNS



SALDO ACUMULADO DO SNS - M€



SNS: EXECUÇÃO JUN.2023

A execução orçamental, acumulada a junho, publicada pela DGO, regista uma despesa do SNS de **6.577 M€**, que representa um aumento de 7,1% face ao mesmo período de 2022.

Com o aumento homólogo da receita em 11,7%, resulta um saldo de -166,5 M€, o qual apresenta uma melhoria de 234,3 M€ face ao período homólogo.

A principal rubrica de despesa, representando 41,6% do total, é a despesa com pessoal, seguindo-se os produtos farmacêuticos.

O crescimento homólogo da despesa em 437,3 M€, teve como principal contributo o aumento da rubrica com o pessoal, que cresceu +11,2%. Já os fornecimentos externos (FSE) aumentaram apenas em 2,2%, em grande medida em resultado da redução da despesa com os MCDT, devido à redução dos testes COVID-19. De ressaltar que excluindo a despesa COVID, os FSE teriam registado crescimento de +8,9%.

Considerando a despesa orçamentada, a execução de junho representa 45,5% do valor total para o ano.

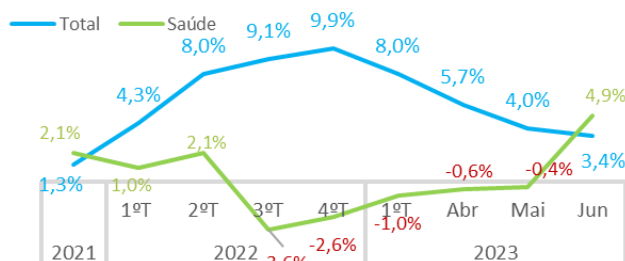
Quanto ao investimento, o valor executado foi de 101,8 M€, ou seja, 13,5% dos 753,4 M€ orçamentados.

Fonte: DGO

Boletim de Conjuntura

CONJUNTURA MACROECONÓMICA

INFLAÇÃO - IPC



Fonte: INE

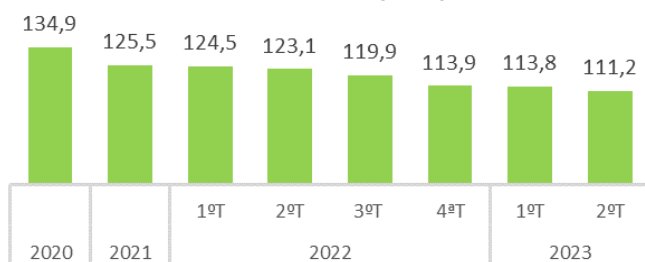
Inflação: Em junho de 2023, o IPC registou uma taxa de variação homóloga de 3,4% (4,0% no mês anterior). Esta desaceleração é em parte explicada pelo efeito de base resultante do aumento de preços da eletricidade, do gás e dos produtos alimentares verificado em junho de 2022. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação de 5,3%, menos 0,1 p.p. que em maio. Nas classes com maiores contribuições positivas para a variação homóloga do IPC, destaca-se a dos Bens alimentares e bebidas não alcoólicas e a dos restaurantes e Hotéis. Em sentido contrário, destacam-se as contribuições negativas das classes dos Transportes e da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

A taxa de variação média dos últimos doze meses do IPC foi de 7,8%

De acordo com o Eurostat, em junho de 2023, a taxa de inflação anual situou-se em 4,7% em Portugal, 5,5% na Zona Euro e 6,4% na UE27.

DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA PÚBLICA - (% PIB)



Fonte: BdP

Dívida Pública: Segundo o Banco de Portugal, a Dívida Pública no 2ºT 2023 situou-se em 280,1 mil milhões de euros, o que representa 111,2% do PIB, e uma variação de -2,7 p.p. face ao trimestre anterior e de -11,9 p.p. face ao trimestre homólogo.

Segundo o Eurostat, no 1ºT de 2023, a Dívida Pública em percentagem do PIB no conjunto dos países da Zona Euro (EA19) situou-se em 91,3% e na UE27 situou-se em 83,7%. Em relação ao período homólogo registou-se uma diminuição de 3,8 p.p. da Dívida Pública da Zona Euro e uma diminuição de 3,7 p.p. na UE27. Em Portugal, a Dívida Pública em percentagem do PIB situou-se em 113,8%, o 3º país com o valor mais alto.

LEI DAS GRANDES OPÇÕES PARA 2023-2026

Foi [publicada](#) a Lei n.º 38/2023, Série I de 2023-08-02, com as grandes opções para 2023-2026. No ponto 4.4 apresenta os principais desideratos para o Serviço Nacional de Saúde, entre os quais se destaca: i) Melhorar o acesso a consultas e atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, através de intervenções multidisciplinares adequadas às características de cada cidadão...; ii) Criar uma estrutura nacional para a promoção da saúde; iii) Fomentar a utilização da telemedicina como resposta de proximidade às necessidades dos cidadãos, criar um Centro Nacional de Telemedicina e uma rede nacional de telemedicina bem como promover a utilização do Centro de Contacto SNS 24 como porta de entrada e referência no SNS; iv) Otimizar o acesso ao medicamento, aproximando-o do utente, através da distribuição de

medicamentos hospitalares e da renovação automática da prescrição para doentes crónicos nas farmácias de oficina, e melhorar a utilização dos medicamentos ao longo da toda a sua cadeia, garantindo maior eficiência nos processos aquisitivos, reforçando o papel das comissões de farmácia e terapêutica, apoiando os prescritores e incluindo os utentes e seus representantes nas diferentes fases do processo; v) Promover a sustentabilidade, aliando à introdução da inovação terapêutica medidas de promoção da utilização de medicamentos genéricos e biossimilares; vi) Rever o modelo de financiamento dos hospitais, tendo em conta os cuidados prestados e a população de referência; etc.

Boletim de Conjuntura

CONJUNTURA LEGISLATIVA E REGULAMENTAR

LEGISLATIVA

Critérios de criticidade de medicamentos essenciais – [Portaria](#) n.º 235/2023, de 27 de Julho, define os critérios de criticidade de medicamentos essenciais que justificam a aplicação de medidas específicas, de forma a garantir o acesso e a manutenção no mercado nacional desses medicamentos, promovendo o interesse da indústria farmacêutica no seu fabrico e comercialização, e fomentando a sua disponibilidade em Portugal.

REGULAMENTAR

Medicamentos Comparticipados – [Lista](#) dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Julho, fornecida pelo INFARMED.

Circular Informativa Nº 68/CD/100.20.200 – O INFARMED, I.P. através da [Circular](#) comunicou o início do projecto piloto eFI (Folheto Informativo em formato electrónico), que consiste na retirada dos folhetos informativos em papel das embalagens de medicamentos destinadas a ser comercializadas apenas no circuito hospitalar e para utilização no próprio hospital, ficando assim excluídos os medicamentos destinados a dispensa em ambulatório hospitalar, neste momento. O regulador pretende promover uma abordagem faseada com início do projecto-piloto a nível hospitalar e posterior alargamento a ambiente comunitário. Esta iniciativa conta com o envolvimento da APFH, da APIFARMA e da APOGEN. O projecto

piloto do ePI associa-se a projectos similares, que estão a decorrer em outros países da UE. A substituição do folheto informativo em papel por uma versão eletrónica pode ter um impacto positivo na disponibilidade de medicamentos, porque permite um fabrico mais célere e facilita a importação entre os países da União Europeia particularmente nos casos em que são utilizadas rotulagens multilingue. A retirada dos folhetos informativos em papel tem também um impacto positivo no ambiente.

Lista de medicamentos essenciais – Pela [Deliberação](#) 54/CD/2023, o Conselho Directivo do INFARMED I.P. aprova a lista de medicamentos essenciais de natureza crítica, por Denominação Comum Internacional (DCI), prevista no artigo 6º da referida Portaria, a qual será revista e actualizada com periodicidade mínima anual, ou sempre que se considere necessário. A lista divulgada inclui 246 DCIs essenciais de natureza crítica, abrangendo desde anticoagulantes, antiarrítmicos, antibióticos, anti-hipertensores, medicamentos usados para tratar convulsões, epilepsia, depressão, e mesmo cancro.

Actualização da lista de medicamentos | Exportação temporariamente suspensa – A [Deliberação](#) n.º 49/CD/2023, actualiza a lista em vigor a partir de 31 de Julho de 2023. Esta suspensão, de 109 medicamentos, visa assegurar a normalização do abastecimento dos medicamentos críticos, que estiveram em ruptura no mês de julho, bem como dos medicamentos que estão a ser abastecidos ao abrigo de autorização de utilização excepcional.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

EUROPEAN INNOVATION SCOREBOARD (EIS) 2023 – Segundo o [relatório](#) de 2023, Portugal encontra-se mais uma vez no grupo dos países classificados como inovadores moderados, com desempenho de 85,6% da média da UE. Este valor aumentou 7,7 p.p. em relação a 2016, muito embora um aumento inferior ao da média da UE (8,5 p.p.), o que torna a distância de Portugal para a média da UE maior. Não obstante, de 2022 para 2023, Portugal regista um aumento de 3,0 p.p.. Portugal ocupa a 18.ª posição, uma posição abaixo da registada na edição anterior.

O EIS é um painel que produz anualmente uma avaliação comparativa do desempenho dos países da UE27 nas áreas da investigação e da inovação, classificando-os em Inovadores Líder, Forte, Moderado ou Modesto. Esta classificação depende do cálculo realizado com base em quatro tipos principais de indicadores – Framework conditions, Investments, Innovation activities, e Impacts. As dimensões em que Portugal obtém uma pontuação superior a 120% da média europeia são: Sistemas de Investigação Atrativos, e Digitalização. Portugal têm pontuações particularmente boas nos seguintes indicadores: Estudantes de doutoramento estrangeiros, Apoios governamentais ao I&D empresarial, Copublicações público-privadas. Por outro lado, as dimensões em que Portugal mais se afasta da média europeia são: Sustentabilidade ambiental, e Investimento Empresarial. Portugal têm as piores pontuações nos

seguintes indicadores: Emissões para a atmosfera de partículas finas, Despesa em inovação por trabalhador, e Despesas de capital de risco.

DESPESAS DIRETAS DAS FAMÍLIAS NO SISTEMA DE SAÚDE PORTUGUÊS – Na [nota informativa](#) do Observatório da Despesa em Saúde, da NovaSBE, é dado conta que cerca de 29% da despesa em saúde é suportada diretamente pelas famílias portuguesas no momento da prestação de cuidados. Na Europa, pior só na Lituânia, Letónia, Grécia e Bulgária. Em 2021, os pagamentos diretos ascenderam a sete mil milhões de euros e são quase todos relativos a faturas com prestadores privados e de medicamentos nas farmácias. Portugal é dos países europeus com maior peso dos pagamentos diretos das famílias no financiamento do sistema de saúde. Luxemburgo, França e Países Baixos são os países com os mais baixos pagamentos diretos das famílias (inferior a 1 0% da despesa em saúde). “O desvio face à média europeia é evidente ao longo dos anos e desde 2000 que o peso dos pagamentos diretos em Portugal é superior ao registado na maioria dos países da Europa. Além disso, em anos mais recentes, verifica-se uma divergência da tendência em Portugal face aos restantes países europeus”, refere a nota.